



**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
Curso de Bacharelado em Ciências Sociais

## **CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL**

PATRÍCIA FIGUEIREDO DA ROCHA

Porto Alegre  
2016

**PATRÍCIA FIGUEIREDO DA ROCHA**

**CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcello Baquero

Porto Alegre  
2016

## CIP - Catalogação na Publicação

Rocha, Patrícia Figueiredo da  
Capital social e participação política no Brasil /  
Patrícia Figueiredo da Rocha. -- 2016.  
42 f.

Orientador: Marcello Baquero.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em  
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. democracia. 2. cultura política. 3. capital  
social. 4. participação política. I. Baquero,  
Marcello, orient. II. Título.

PATRÍCIA FIGUEIREDO DA ROCHA

**CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL**

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Marcello Baquero (orientador) (UFRGS)

---

Dra. Jennifer Azambuja de Moraes (UFRGS)

---

Prof. Dra. Sônia Maria Ranincheski (UFRGS)

*A Isabella,  
por fazer da minha vida o que ela é.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Evair e Antoninho, pelo amor, incentivo e apoio. A eles devo minha formação pessoal. Agradeço também ao meu irmão Douglas, pelo apoio e confiança que sempre depositou em mim. A minha querida prima Camila, que, de uma forma ou de outra, está sempre presente e disposta a me ajudar no que eu preciso. Agradeço a todas as pessoas que tiveram um papel importante nesse processo, especialmente ao Luciano, que esteve ao meu lado, apoiando, incentivando e contribuindo, não só durante a construção deste projeto de graduação, mas também nosso dia a dia. As minhas amigas, cada uma sabe o quão importante foi. Eliana e Alessandra, irmãs que a vida me deu, meu muito obrigada pelo apoio sempre. A Lígia, pela amizade, parceria e ajuda com o SPSS.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Dr. Marcello Baquero, pelos conhecimentos, pela colaboração, pela compreensão desde o início deste projeto. A Jennifer, muito obrigada, pela paciência e pela disposição sempre que solicitei. Aos meus colegas da graduação, a todos os professores que contribuíram para a minha formação acadêmica e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## RESUMO

Apesar dos avanços na consolidação dos mecanismos institucionais democráticos, amparados pela Constituição de 1988, o Brasil ainda demonstra uma fragilidade no que diz respeito ao atendimento das demandas sociais e, conseqüentemente, à participação efetiva dos brasileiros na política. Neste sentido é importante que a democracia se desenvolva para além da dimensão formal. A participação é um dos elementos fundamentais numa democracia. Este trabalho buscou avaliar se a participação não convencional, em termos de manifestações pacíficas, está influenciando na promoção de capital social. Neste sentido, levou-se em conta variáveis que estão associadas ao capital social para testar tal influência.

**Palavras-chave:** democracia, cultura política, capital social, participação política.

## ABSTRACT

Although the advances in the consolidation of the institutional democratic mechanisms, supported by Constitution of the 1988 year, Brazil still shows weakness in terms of social demands and, consequently, the effective participation of the Brazilian people in the politics. In this sense, it is important that democracy be developed beyond of the formal dimension. The participation is a key element in democracy. This study aimed to evaluate if the no conventional participation, in terms of peaceful demonstrations, is influencing in the promotion of social capital. In this meaning, it took into account variables that are associated with the capital to test such influence.

**Keywords:** democracy , political culture , social capital, political participation.

## **LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Participou de manifestações pacíficas – comparação entre 2006 e 2014.....	34
Gráfico 2 – Apoio abstrato dos cidadãos aos valores e princípios democráticos.....	36



## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Participação política e confiança interpessoal (%).....	29
Tabela 2 - Participação política e confiança na família (%).....	30
Tabela 3 - Participação política e confiança nos vizinhos (%).....	30
Tabela 4 - Participação política e confiança nas instituições políticas – governo (%).....	31
Tabela 5 - Participação política e confiança nas instituições políticas – partidos (%).....	32
Tabela 6 - Participação política e participação em associações ou organizações – sindicatos (%) .....	32
Tabela 7 - Participação política e participação em associações ou organizações – grupos de autoajuda (%).....	33
Tabela 8 - Participação política e leitura de jornal (%).....	33
Tabela 9 – Confiança na maioria das pessoas (%) .....	35

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
OBJETIVOS.....	13
Objetivo central .....	13
Objetivos específicos .....	13
HIPÓTESES .....	14
MÉTODOS E TÉCNICAS .....	15
QUADRO TEÓRICO / CONCEITUAL .....	16
Democracia .....	16
Cultura Política .....	19
Capital social .....	21
Contextualização.....	25
Análise dos dados .....	28
Conclusão .....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	40

## INTRODUÇÃO

O estabelecimento do regime democrático em diversos países da América Latina, desde o final do século XX, tem se constituído um constante desafio no que se refere à sua consolidação para além da dimensão formal. Segundo Moisés (2005), a fase da consolidação da democracia no Brasil já foi superada. Há, entretanto, a necessidade de estudos que analisem a qualidade dessa democracia. Diamond e Morlino (2005) argumentam que a participação é um dos elementos fundamentais da dimensão procedimental da qualidade democrática. Todavia, a democracia puramente procedimental não traz em si garantias de caráter social. Para garantir o fortalecimento e a estabilidade da democracia é necessário que os cidadãos desenvolvam, além de uma cultura política participativa, uma percepção favorável em relação ao sistema e confiança nas instituições.

Almond e Verba (1963) identificam que a confiança política associada à confiança social constitui um dos fatores mais importantes para a legitimidade e a consolidação do regime democrático. A esse respeito, Putnam (1996) considera que a confiança, a cooperação e o senso de igualdade, são aspectos que estão relacionados à presença de capital social em uma comunidade. Segundo o autor, quanto maior estoque de capital social, melhor a qualidade da democracia. Nessa perspectiva, “Há um reconhecimento amplo sobre o potencial do capital social como complemento da dimensão política formal e como catalisador central do fortalecimento democrático da sociedade contemporânea” (BAQUERO, 2013, p. 91)

Neste contexto, avaliar como os brasileiros vêm desempenhando seu protagonismo em relação à política assume relevância. A esse respeito, as mobilizações públicas que se iniciaram em 2013 se constitui num cenário no qual se podem identificar indícios sobre a dimensão do engajamento da sociedade, sobre a cultura política e o capital social.

Na última década, movimentos sociais têm emergido nas suas mais diversas formas, reivindicações e contextos em escala global. A onda de protestos se iniciou no norte africano e se alastrou pela Europa, EUA e América Latina. Por sua vez, as mobilizações no Brasil em 2013, resultaram num grande ato catalisado por grupos que sempre se mostraram engajados com as causas sociais mais urgentes da sociedade. A evolução desse movimento, entretanto, parece ter tomado novos rumos. A massa de manifestantes tornou-se diversa e as pautas reivindicadas já não tinham tanta clareza, assumindo assim, uma indignação generalizada e difusa.

Nestas circunstâncias, o atual contexto político brasileiro revela a emergência de um discurso conservador, percebido e disseminado, especialmente via redes sociais virtuais. Esse discurso, reforçado ou fomentado pelos meios de comunicação se agrava conjugado com a crise econômica e moral que contribuem para minar a estabilidade da democracia.

O cenário de instabilidade política que se instaurou no Brasil foi agravado por uma das eleições presidenciais mais disputadas da história da sua jovem democracia, fator impulsionado pela dinâmica de polarização presente no atual contexto democrático. O resultado das urnas nas eleições presidenciais de 2014 produziu uma divisão acirrada de natureza ideológica entre segmentos da sociedade, principalmente advindos daqueles insatisfeitos com a derrota do seu candidato. Tal situação de insatisfação mobilizou a oposição ao governo durante o período pós eleitoral através das redes sociais e nas ruas.

Além da desconfiança em relação ao governo, tem se observado uma crescente insatisfação por parte da população em relação à política, que se materializaram em manifestações públicas que tomaram as ruas do país nos últimos anos. Esses movimentos de contestação têm tomado proporções extremas, onde se percebe uma postura até mesmo favorável ao retorno do controle da política por parte dos militares, como vivemos há décadas passadas. A ideia de um governo fraco e sem apoio dos cidadãos abre espaço para questionamentos quanto à sua legitimidade. Neste contexto, um dos assuntos que emergem são os questionamentos não só quanto ao governo, mas também quanto ao modelo de sistema vigente no país.

Dado o contexto atual este trabalho problematiza o comportamento político dos brasileiros tentando responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como a participação política observada nos últimos anos no Brasil impactou a promoção de capital social?

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo central**

Avaliar se a mobilização política observada no Brasil a partir de 2013 constituiu capital social.

### **Objetivos específicos**

- a. Verificar se a participação política não convencional aumentou nos últimos anos.
- b. Verificar se a confiança social e a confiança política aumentaram nos últimos anos.
- c. Avaliar a percepção dos brasileiros em relação ao sistema político.

## **HIPÓTESES**

As hipóteses que permeiam este trabalho são de que: Capital social e mobilizações públicas estão associadas; Portanto:

- a) Quanto maior a participação política, maior o estoque de capital social.
- b) A participação política aumentou nos últimos anos.
- c) A confiança social e a confiança política aumentaram nos últimos anos.
- d) Há uma percepção favorável dos brasileiros em relação ao sistema político.

## MÉTODOS E TÉCNICAS

A metodologia utilizada neste trabalho é de natureza quantitativa. Busca-se constatar se existe uma relação de inferência entre o tipo de mobilização política observada no Brasil nos últimos anos e capital social. O argumento proposto é de que a mobilização política impacta na promoção de capital social que, por sua vez, impacta no tipo de democracia que temos.

Para tanto, serão utilizados bancos de dados secundários do World Values Survey (WVS). O WVS é uma investigação mundial sobre valores socioculturais e políticos, baseada em *surveys* aplicados a amostras nacionais representativas de mais de 80 nações espalhadas por todos os continentes. As ondas de coletas de dados ocorrem a cada cinco anos e mais de 250 variáveis são pesquisadas.

Os dados selecionados para este trabalho referentes a capital social e participação política foram coletados em dois momentos, um anterior e outro posterior a onda de manifestações no Brasil. Serão utilizados os bancos de dados da quinta e da sexta ondas realizadas no país. A quinta onda refere-se ao ano de 2006 e a sexta, ao ano de 2014. Ambas atingiram um universo de 1500 pessoas.

As variáveis analisadas para medir o capital social estão associadas à confiança na família, nos vizinhos e nas pessoas desconhecidos; à confiança nas instituições políticas, mais especificamente, no governo e nos partidos políticos; à associações ou organizações e à leitura de periódicos. A participação política refere-se a uma modalidade não convencional, as manifestações pacíficas. Tais dados serão analisados de forma descritiva, com frequências e cruzamentos dos conceitos aqui trabalhados com o intuito de responder ao problema de TCC proposto.

## QUADRO TEÓRICO / CONCEITUAL

### Democracia

A democracia contemporânea pode assumir três formas, a representativa, a deliberativa e a participativa. Esses três modelos, no entanto, não são mutuamente excludentes. Desde o século XIX, a discussão em torno do conceito de democracia vem confrontando teorias de caráter ideológico. Enquanto a concepção liberal da democracia está pautada na questão da representatividade, e o envolvimento do cidadão, neste contexto, se restringindo à liberdade ou ao direito de eleger seus representantes. Na teoria marxista engelsiana há um aprofundamento do processo de democratização no que diz respeito à participação popular, retomando temas da democracia direta, reforçando o poder de decisão da sociedade (BOBBIO, 1989). Democracia é, portanto, um conceito de caráter polissêmico, “tem significados diferentes para povos diferentes em diferentes tempos e diferentes lugares” (DAHL, 2001, p.13). Entretanto, a democracia não é incompatível com nenhum destes princípios ideológicos, consequência do fato de ter assumido “um significado essencialmente comportamental e não substancial” (BOBBIO,1989, p.326).

Na perspectiva formal, a teoria da democracia de Schumpeter (1984) enfatiza a democracia enquanto um conjunto de regras, afastando-se da ideia socialista de "bem comum". A democracia é vista como um meio, e não como um fim em si mesmo. Neste contexto, o povo escolhe seus líderes, dentro de um universo restrito de pessoas capacitadas para governar. Aprimorando essa perspectiva, do ponto de vista da contestação, Robert Dahl (1989), propõe o controle das decisões por parte dos eleitores. Entretanto, sua teoria sobre a democracia ainda é construída do ponto de vista liberal. A decisão a que ele se refere é o pré requisito social para o funcionamento de regras que garantem a livre expressão de grupos de interesse.

Além da teoria, de caráter elitista e pluralista, de Shumpeter (1984) e Dahl (1989), que são de natureza procedimental e formal, vem se desenvolvendo na ciência política contemporânea outros significados de democracia que tem por princípio questões de igualdade jurídica, social e econômica.

Por exemplo, em contraponto à teoria representativa, Jürgen Habermas apresenta uma noção de democracia baseada em preceitos deliberativos. Habermas enfatiza o espaço da esfera pública como um meio de comunicação entre as pessoas. Lüchmann (2005) atenta para as



dificuldades dessa prática na sociedade contemporânea, em função das desigualdades e conflitos de interesses.

Igualmente a democracia radical de Chantal Mouffe, que surge na década de 1980, é considerada uma importante alternativa à democracia representativa tradicional. Esta perspectiva de base liberal propõe uma reorientação do cidadão, enquanto elemento crítico, superando o paradigma da modernidade (BAQUERO, 2013).

A perspectiva participativa da democracia ganhou relevância na ciência política contemporânea a partir da década de 1970 com as contribuições de Carole Pateman. Segundo a autora, para que se constitua um governo democrático é imprescindível a existência de uma sociedade participativa. A autora postula que a participação no local de trabalho assume um caráter educativo no sentido de eficiência e eficácia política, ao reforçar sentimento de confiança. A concepção de participação política de Pateman (1992) é de um modelo convencional, pois as complexidades das sociedades industrializadas dificultam o funcionamento de uma democracia nos moldes clássicos. Entretanto, a autora resgata as origens da teoria democrática que remonta a defesa da democracia direta do Contrato Social de Rousseau.

Nessa perspectiva, a participação é muito mais do que um complemento dos arranjos institucionais. Pateman (1992) explica que, para Rousseau, a participação provoca certo efeito nas pessoas que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes dos indivíduos que interagem. Nessa concepção, o sistema político participativo ideal tem como pré-condição a igualdade e a independência econômica, garantidas através da propriedade. A teoria destaca que as diferenças entre os cidadãos não podem conduzir a desigualdade política. A propriedade, portanto, está associada à liberdade, pois a propriedade confere aos indivíduos a segurança e a independência que são as bases necessárias para a igualdade nas questões da independência política. A função central da participação para Rousseau deve ser educativa. Rompendo com sua tradição utilitarista, John Stuart Mill reforça a questão da educação proposta por Rousseau como meio para instituir o Estado democrático (PATEMAN, 1992). Da mesma forma, Tocqueville, em *A democracia na América* (1962), aborda alguns conceitos como associativismo, igualdade, liberdade e participação cívica, que fundamentam sua concepção sobre a democracia, aproximando-se da teoria participativa.

A teoria participativa da democracia apregoa condições mínimas de igualdade social. Entretanto, para resolver essas questões em sociedades onde essas condições não prevalecem,

Macpherson (1978) propõe uma conciliação entre o modelo de democracia participativa com a estrutura da democracia representativa através do envolvimento direto dos cidadãos nos fóruns e espaços de participação, como os Conselhos Municipais e o Orçamento Participativo, por exemplo (BAQUERO, 2013).

Por sua vez, a definição de participação proposta por Pippa Norris (2002) engloba ações que não se referem diretamente à esfera governamental. Segundo a autora, a chamada “participação não-convencional” tem adquirido importância nas últimas décadas, se tornando algumas vezes até mais frequentes do que o ato de votar. A participação em manifestações, petições e boicotes, por exemplo, são ações que se enquadram nesse tipo de participação. Norris argumenta que essas modalidades de participação incorporam novas formas de expressão política mais horizontais. A autora resgata ainda, o conceito de ideologia pós-materialista de Inglehart (1997), onde o indivíduo recusa ações ligadas à política partidária em favor dessas formas de ação menos institucionalizadas. Desta forma, observa-se que qualquer que seja a concepção de democracia, a questão da participação, em maior ou em menor grau, é uma referência recorrente.

Nos últimos anos o debate acerca da democracia tem se voltado para dimensões importantes no sentido de superar as questões meramente institucionais da democracia, sem, entretanto, desqualificar os processos formais. O processo que conduz para uma situação onde os avanços formais não conseguem erradicar práticas políticas corrosivas da democracia, comprometendo sua consolidação, produz regimes e culturas políticas híbridas (BAQUERO, 2007).

Neste sentido, Baquero (2007) desenvolve o conceito de democracia inercial. Nessa concepção de democracia, os recursos públicos provenientes da tributação não são revertidos de forma a melhorar a qualidade de vida das pessoas. Dessa forma, consolida-se no imaginário coletivo uma apatia em relação à estrutura política. Nessas circunstâncias, torna-se difícil a possibilidade de socializar atitudes e comportamentos de apoio às instituições democráticas. Esses aspectos, segundo o autor, contribuem para a manutenção de antigos vícios políticos, como fisiologismo, nepotismo, corrupção, clientelismo e patrimonialismo, a despeito dos avanços poliárquicos (BAQUERO, 2007).

Fruto dessas circunstâncias, o conceito e a prática da democracia representativa tem sido reavaliados, considerando critérios de igualdade social e divisão igualitária dos bens sociais entre os cidadãos. O surgimento de novos movimentos sociais, a tecnologização do processo eleitoral e a importância de uma participação mais direta deram origem, por exemplo, às reflexões sobre a

democracia participativa (Pateman, 1970; Macpherson, 1977). No âmbito deste tipo de democracia está a ideia da transformação do cidadão num ator político crítico e consciente, que supera o papel de mero expectador, e que pensa comunitariamente. Esse tipo de democracia tem sido associado, por diversos autores, na América Latina, com as experiências do Orçamento Participativo implantadas em várias cidades latino-americanas (Lopez, 2001), e particularmente na cidade brasileira de Porto Alegre, no Brasil (Navarro, 2000; Santos, 1998) (BAQUERO, 2013, p. 46-47).

Neste sentido, a teoria que embasará este trabalho aponta na direção de uma democracia de substantiva, voltada para as questões sociais fundamentais e inclusivas. Trata, portanto, de questões voltadas para a qualidade da democracia do ponto de vista da cultura política.

## **Cultura Política**

Os estudos sobre cultura política trazem para a ciência política uma nova abordagem para a interpretação dos fenômenos políticos do século XX. A discussão do ponto de vista culturalista considera as atitudes e os valores subjetivos como elementos fundamentais para a legitimidade do sistema democrático. “A constituição de uma cultura política se dá com base na premissa de que o mundo não está constituído somente por objetos, mas também por valores e acontecimentos que se manifestam no âmbito da consciência” (BAQUERO, 2013, p. 51). “Em longo prazo, a democracia não é alcançada simplesmente com mudanças institucionais ou manobras no nível das elites. Sua sobrevivência também depende dos valores e das crenças das pessoas comuns” (INGLEHART, 2001, p. 152).

A partir de coleta de dados realizada nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha, na Itália e no México (países que, segundo os autores apresentam experiências de governos democráticos bastante positivos) no período pós II Guerra Mundial, Almond e Verba (1963) buscaram identificar elementos favoráveis à consolidação e a estabilidade dos regimes democráticos. O resultado desse estudo se constituiu uma referência clássica para estudos posteriores sobre cultura política. Para os autores, a cultura política se refere às orientações e atitudes dos sujeitos enquanto parte do sistema político. Desta forma, apontam três tipos de cultura política: O modelo mais simples caracteriza o modelo de cultura política paroquial, onde as instituições políticas coincidem com estruturas de caráter econômico ou religioso; a cultura política de sujeição, é aquela onde o aparelho administrativo é incumbido da tomada de decisões, e a este respeito, os membros da sociedade assumem uma postura passiva (BOBBIO, 2000); e a cultura cívica que corresponde ao estágio ideal para um sistema democrático. Esse tipo de cultura pressupõe, segundo Almond e Verba (1963), um equilíbrio entre as ações instrumentais e as ações afetivas com relação à política.

Putnam (1996) retoma o conceito formulado por Almond e Verba (1963), buscando uma definição para "comunidade cívica". O autor aponta a participação, como um dos aspectos mais importantes nessa questão. Nela se insere o interesse e o envolvimento dos cidadãos nos negócios públicos e as atitudes voltadas, prioritariamente, para o coletivo, minimizando, desta forma, a possibilidade de conflito de interesses pessoais. Outra questão abordada refere-se aos direitos e deveres de igualdade política, assim como relações horizontais, baseadas na reciprocidade e cooperação. Além disso, os cidadãos que formam uma comunidade cívica são solidários, tolerantes e confiantes uns nos outros.

As relações de confiança permitem à comunidade cívica superar mais facilmente o que os economistas chamam de "oportunismo", no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente e não coletivamente (PUTNAM, 1996, p. 103).

O autor ressalta ainda, a importância das associações civis, como estruturas sociais que reforçam a cooperação, trazendo como referência a teoria social de Tocqueville, para quem, "(...) as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos "internos" sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos "externos" sobre a sociedade" (PUTNAM, 1996, p. 103). Sendo assim, condição necessária para o governo democrático.

De maneira pontual, Putnam apresenta ainda outras questões que conectam a sociedade moderna à comunidade cívica. O hábito da leitura de jornais e o comparecimento às urnas, por exemplo, - embora este aspecto deva ser relativizado em comunidades onde o voto é obrigatório em função do clientelismo, como na Itália, seu objeto de estudo.

Putnam conclui que as regiões economicamente mais adiantadas tem governos mais eficientes e essa relação sugere que comunidade cívica é um determinante mais forte que o desenvolvimento econômico. Contrapondo essa afirmação, Inglehart e Welzel (2005) argumentam que o desenvolvimento econômico contribui para uma cultura política que destaca os valores de auto-expressão<sup>1</sup>.

Inglehart e Welzel (2005) também abordam as questões referentes às mudanças culturais como elemento fundamental para explicar aspectos do sistema democrático. Suas postulações consideram que as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais são atribuídas ao

---

<sup>1</sup> Valores de autoexpressão é, segundo Inglehart e Welzel (2005), conhecida como teoria do desenvolvimento humano.

processo de modernização. Neste sentido, o desenvolvimento econômico, além de favorecer as mudanças culturais, gera mudanças estruturais de forma a propiciar a participação política.

Baquero sugere que o Brasil apresenta uma cultura política híbrida “que mistura dimensões formais procedimentais e informais, de tradição histórica, onde as instituições políticas geralmente carecem de credibilidade e, em alguns casos, de legitimidade” (BAQUERO, 2007, p.387).

O atual contexto democracia brasileira sinaliza as dificuldades de uma cultura política participativa e políticas públicas efetivas e inclusivas. Diante disso, um elemento capaz de fortalecer a democracia é o capital social.

### **Capital social**

O conceito de capital social é definido e operacionalizado por diferentes autores em diferentes contextos dentro das áreas das ciências humanas e das ciências econômicas, o que atribui a esse termo um caráter polissêmico e multidimensional. Neste sentido, a construção do quadro teórico requer um confronto das diferentes vertentes teóricas acerca desse conceito.

Numa perspectiva economicista, o capital está associado a recursos físicos, utilizados para produzir bens e serviços. “Desse modo, na literatura econômica capital social é considerado uma variável independente de desempenho econômico, sobretudo como fator de produção” (BAQUERO, 2013, p.76). “Enquanto o capital econômico se encontra nas contas bancárias e o capital humano dentro das cabeças das pessoas, o capital social reside na estrutura das suas relações” (PORTES, 2000, p.138).

Há uma noção corrente na sociologia de que o envolvimento em grupos pode trazer benefícios tanto para o indivíduo como para a comunidade. Esta ideia remonta a teoria de Durkheim, “e a sua insistência na vida em grupo enquanto antídoto para a anomia e a autodestruição” (PORTES, 2000, p. 134). A ideia sobre capital social, portanto, não é nova.

Pierre Bourdieu foi o primeiro contemporâneo a sistematizar o conceito de capital social, dando a este, um tratamento instrumental. Na sua perspectiva, o conceito de capital social está mais restrito ao capital cultural e, portanto, individual. O autor vincula a figura dos indivíduos ao pertencimento a determinados grupos com características específicas, “centrando-se nos benefícios angariados em virtude da sua participação nesses grupos” (PORTES, 2000, p.135). Neste sentido:

O capital social é o agregado de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento mútuo e reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo – que fornece a cada um dos seus membros com o apoio de capital de propriedade coletiva, uma ‘credencial’ que lhes dá direito ao crédito, nos vários sentidos da palavra (BOURDIEU, 1986, s.p.).

O volume de capital social depende do tamanho da rede de conexões que o indivíduo pode mobilizar. Ou seja, nesta perspectiva, o capital social refere-se às relações interpessoais e os benefícios advindos dessas relações.

A contribuição do economista Glen Loury (1977 e 1981), abre caminho para uma nova perspectiva de análise do conceito. A abordagem do autor sobre questões de igualdade e oportunidades critica fortemente a meritocracia. Sua discussão revisa as teorias econômicas de caráter individualista, chamando atenção para a questão da reprodução da condição de pobreza, onde o contexto social tem uma forte influência nas oportunidades (ou falta de) que se apresentam aos indivíduos no decorrer de sua vida (PORTES, 2000).

Seguindo essa lógica de caráter funcionalista, a definição de capital social de Coleman (1988) parte do pressuposto de que é através de um conjunto de elementos numa dada estrutura social que possibilita aos atores satisfazerem determinados objetivos (BAQUERO, 2013).

Neste trabalho, todavia, optou-se por utilizar um conceito de capital social de forma mais ampla, trazendo o debate para a esfera da ação coletiva. Putnam (1996 e 2001) considera que a questão da participação ativa dos indivíduos no processo de construção democrática depende do contexto social mais abrangente e é mais fácil numa comunidade que detenha um bom estoque de capital social.

Neste sentido, partindo do pressuposto de que o capital social tem a virtude de possibilitar uma maior participação das pessoas na arena política, a partir do estabelecimento de laços comunitários que garantem essa ação coletiva, o conceito mais apropriado foi o de Putnam.

Em seu estudo sobre a Itália, na década de 1970, após a descentralização política, Putnam (1996) se propõe a examinar as origens do governo eficaz. Comparando as regiões do Norte e do Sul, em termos de desenvolvimento econômico, contexto social e cultural, desempenho das instituições democráticas e de que modo as instituições formais estavam influenciando na prática da política e do governo. Um dos seus questionamentos centrais está fundamentado na qualidade da democracia, mais especificamente, se a qualidade da democracia depende da qualidade de seus cidadãos.

A diferença de desempenho institucional, neste contexto de êxito das regiões da porção norte, conforme o estudo está estreitamente relacionada com a natureza da vida cívica.

Como foi observada na interpretação clássica da democracia americana feita por Tocqueville e em outros estudos sobre a virtude cívica, a comunidade cívica se caracteriza por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração (PUTNAM, 1996, p. 30-31).

Esse argumento está respaldado na teoria de Maquiavel, que conclui que o êxito ou o fracasso das instituições livres depende da "virtude cívica" dos cidadãos, e embora tenha sido questionado posteriormente por Hobbes e Locke, e mais adiante, por Madison, tem sua validade revista nos últimos anos. Neste sentido, Putnam (1996 e 2001) fundamenta sua abordagem teórica na lógica da ação coletiva e no conceito de capital social.

Capital social, portanto, diz respeito as características que reforçam a eficiência da sociedade, com o objetivo de proporcionar maior cooperação voluntária, e assim, facilitar as ações coletivas. Estas características estão fundamentalmente baseadas na confiança, nas normas e nas cadeias de relações sociais. Segundo Putnam (1996), essas formas de capital social se multiplicam com o uso e se esgotam se não forem utilizadas.

Em estudo mais recente, Putnam (2001) retoma o conceito de capital social para analisar a vida cívica e social em comunidades americanas. A ideia central da teoria do capital social é que as redes sociais têm valor.

O capital social - ou seja, as redes sociais e as normas associadas de reciprocidade - vem em muitas formas e tamanhos diferentes, com muitos usos diferentes. Sua família representa uma forma de capital social, assim como a sua classe de escola dominical, os frequentadores que jogam poker em seu trem, seus colegas da faculdade, as organizações cívicas ao qual você pertence, o grupo bate-papo Internet em que você participa, e a rede de conhecimentos profissionais registrados em seu livro de endereços (PUTNAM, 2001, p. 21)<sup>2</sup>.

É importante salientar que constituição de capital social, na perspectiva de Putnam (1996 e 2001), está presente nas ligações que se estabelecem entre os indivíduos. A partir dessas intensas redes de ligações é que surgem as normas de reciprocidade e de confiança, reforçando a "virtude cívica".

---

<sup>2</sup> Tradução livre

O capital social pode apresentar tanto uma face privada, quanto uma face pública, ou seja, pode ter um aspecto individual, onde os benefícios de um investimento redundam em interesse imediato da pessoa que investiu, ou um aspecto coletivo, produzindo “externalidades”, que afetam a comunidade em geral.

Sobre este aspecto, Putnam observa que as redes e normas de reciprocidade, não produzirão, necessariamente, externalidades positivas. “O capital social, em suma, pode ser direcionado para fins antissociais, malévolos, como qualquer outra forma de capital” (PUTNAM, 2001, p.22)<sup>3</sup>.

Dentre todas as dimensões que o capital social pode assumir, Putnam considera que a distinção mais importante é a que se dá entre o capital social de *ponte* e o de *ligação*. O capital social de *ponte* tende a reforçar as identidades de grupos homogêneos, gerando lealdade dentro do grupo. Essa característica, entretanto, pode criar forte antagonismo fora do grupo, sendo assim, as externalidades negativas tendem a se apresentar com maior probabilidade nesta forma de capital social. Já o capital social do tipo *ligação* está voltado para o exterior abrangendo as pessoas em diversas clivagens. Em muitas circunstâncias, tanto o capital de ponte quanto o de ligação promovem efeitos positivos para a sociedade.

Pensando sobre as organizações na América em termos de capital social, Putnam (2001) põe em relevo três questões evidenciadas nos últimos tempos, afirmando que nem todas as organizações na América perderam a adesão ao longo do último quarto de século, e nem todas as relações pessoais atrofiaram. A esse respeito, o autor ressalta elevado número de grupos de apoio, de leitura, de autoajuda que surgiram nos últimos anos. Para ele, esses pequenos grupos desempenham um papel extremamente importante na produção de capital social.

Além disso, aponta a questão da sucessão de grandes movimentos sociais. Movimentos sociais são mobilizadores de capital social, a medida que promovem novas identidades sociais a partir das redes de contato estabelecidas. O ato de protesto coletivo em si cria laços de solidariedade duradoura. Protestos e manifestações não constituem uma alternativa à política convencional, mas um complemento.

Outra questão apontada por Putnam (2001) refere-se ao acelerado crescimento das tecnologias de comunicação. O telefone parece ter tido o efeito de reforçar, não transformar ou substituir as redes pessoais. Para ele, o telefone facilitou o contato com velhos amigos, mas não gerou novas amizades.

---

<sup>3</sup> Tradução livre



Quanto o acesso à internet, Putnam (2001) ainda considera muito difícil especular as implicações desta nova tecnologia. Não se pode afirmar uma relação causal entre desmoronamento de conexão social e explosão da internet. A Internet pode ser uma parte da solução para o nosso problema cívico, ou pode agravá-la. A Internet é uma ferramenta importante para a transmissão de informações entre as pessoas fisicamente distantes. A questão mais difícil é saber se o fluxo de informação em si promove o capital social.

### **Contextualização**

Apesar dos avanços na consolidação dos mecanismos institucionais democráticos, amparados pela Constituição de 1988, o Brasil ainda demonstra uma fragilidade no que diz respeito ao atendimento das demandas sociais e, conseqüentemente, à participação efetiva dos brasileiros na política. Neste sentido é importante que a democracia se desenvolva para além da dimensão formal. A participação é um dos elementos fundamentais numa democracia.

No intuito de medir a qualidade da democracia, institutos de pesquisa como Freedom House (FH), Índice de Desenvolvimento Democrático (IDD) da Fundação Konrad Adenauer, e da Unidade de Inteligência do The Economist (EUI) e pesquisadores como Levine e Molina (2007), têm avaliado o desempenho das instituições democráticas nos países. No caso do Brasil, as eleições regulares, livres e periódicas garantem um razoável desempenho no ranking mundial das democracias contemporâneas. Há, todavia, um déficit nos indicadores que avaliam a qualidade da democracia de forma mais ampla, ou seja, do ponto de vista dos conteúdos e da efetividade dos resultados. A esse respeito, segundo Morlino (2010), uma democracia de qualidade precisa atender a três dimensões fundamentais: a dos procedimentos, ou seja, em relação aos mecanismos institucionais; a dos conteúdos, que diz respeito à garantia de igualdade política e às liberdades civis e políticas; e a dos resultados, que está associada à satisfação dos cidadãos em relação ao sistema político e às demandas da sociedade.

Do ponto de vista da perspectiva culturalista, uma das maneiras de avaliar a qualidade da democracia é mensurar o apoio abstrato aos valores e princípios democráticos. Retomando a teoria desenvolvida por Easton (1975), o apoio específico avalia a satisfação do indivíduos em relação às atitudes do governo ou dos políticos. Já o apoio difuso, por sua vez, refere-se à percepção, orientação e valores dos indivíduos em relação ao sistema como um todo. Dessa forma, um dos principais indicadores da saúde democrática de uma nação se refere a como as pessoas se posicionam em relação à democracia em um sentido difuso (BAQUERO, 2007).

A construção de uma cultura política que favoreça a estabilidade e qualidade da democracia requer uma participação ativa dos cidadãos na arena política. É preciso um empoderamento dos cidadãos para que possam lutar pela garantia dos seus direitos democráticos. Uma das condições fundamentais para viabilizar a inclusão política está diretamente relacionada a diminuição das desigualdades sociais (BAQUERO E PRÁ, 2007).

Embora os governos Lula e Dilma (2002- 2106) tenham sido responsáveis por grandes conquistas trazidas pelos programas sociais, essa inclusão foi mais visível do ponto de vista quantitativo. Ou seja, a inclusão financeira e inserção no mundo do consumo dos grupos de baixa renda não se traduz numa política emancipadora que seja capaz de inserir os cidadãos no debate político. Essa lógica submete as pessoas a uma retórica populista. As práticas assistencialistas não contribuem para o desenvolvimento de valores de autoestima e senso de cidadania. Algumas das consequências dessa inércia de esforços no sentido de inclusão se materializam na manutenção do clientelismo, do personalismo, do patrimonialismo na política brasileira. Em meio à crise econômica de caráter global, algumas das conquistas históricas dos projetos sociais, pelos quais o atual governo foi responsável, demonstram fragilidade (MACHADO, 2016).

Além disso, contínuas práticas de corrupção na política brasileira, contribuem para o aumento da desconfiança nas instituições políticas e nos gestores públicos. O “mensalão” de 2005, seguido das denúncias envolvendo a estatal Petrobras e políticos ligados diretamente ao governo configuram uma profunda crise ética.

As manifestações que ocorreram no Brasil em junho de 2013 reuniram mais de um milhão de pessoas, e ocorreram em diversas capitais do país. Estas manifestações apresentam proporções semelhantes as que ocorreram em 1992, no impeachment do ex-presidente Collor de Melo; em 1984, no movimento Diretas Já; e nos anos de 1960, nas greves e paralizações pré-golpe militar de 1964, e nas passeatas estudantis de 68 (GOHN, 2014).

Fica evidente o acirramento das tensões entre o governo e as demandas de amplos setores da população. As mobilizações que se iniciaram com pautas relacionadas ao transporte público e outras questões pontuais, como as críticas aos investimentos por parte do governo para a realização da Copa de 2014, passaram a questionar também as organizações tradicionais de mediação política.

As mobilizações adquiriram, nesses eventos, um caráter de movimento de massa, de protesto, de revolta coletiva, aglutinando a indignação de diferentes

classes e camadas sociais, predominando a classe média propriamente dita, e diferentes faixas etárias, destacando-se os jovens. Sabe-se que elas foram desencadeadas em São Paulo por coletivos organizados, com o predomínio do Movimento Passe Livre (MPL), a partir de uma demanda pontual – contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos. Quando o ‘povo’ viu, na TV e jornais, jovens sendo espancados por lutarem por bandeiras que eram também suas, como a mobilidade urbana, ele também saiu às ruas. O crescimento das manifestações levou à ampliação das demandas com um foco central: a má qualidade dos serviços públicos, especialmente transportes, saúde, educação e segurança pública. As manifestações fazem parte de uma nova forma de movimento social, que se caracteriza por participação de uma maioria de jovens escolarizados, predominância de camadas médias, conexão por e em redes digitais, organização horizontal e de forma autônoma, e crítica às formas tradicionais da política da atualidade – especialmente os partidos e os sindicatos. As convocações para os atos foram feitas através das redes sociais, e a grande mídia contribuiu para a adesão da população ao noticiar a agenda, os locais e a hora das manifestações (GOHN, 2014, s.p.).

Com ampla divulgação através meios de comunicação, os atos ganharam apoio significativo de diversos setores da sociedade, ocasionando uma grande mudança no cenário político brasileiro. O avanço do discurso conservador<sup>4</sup> é evidente.

Singer (2014), classifica os movimentos como “socialmente heterogêneos” e “ideologicamente multifacetados”.

Os extremos do espectro foram, naturalmente, mais visíveis que os pontos intermediários. Apareceu de imediato o viés progressista das manifestações, que poderiam prenunciar novo ciclo de lutas dos trabalhadores, como o que tendo se iniciado em 1978 vigorou até o final da década de 1980. Surgiu também com clareza a vertente à direita, que pretendeu desencadear uma pressão regressiva em relação ao campo popular que está no governo com o lulismo desde 2003 (SINGER, 2014, s.p.).

Esses acontecimentos políticos observados no Brasil, entretanto, não estão desconectados com o que vem acontecendo no plano internacional. Na América Latina, governos de esquerda vem perdendo posições a exemplo da Argentina e do Peru, ou sofrendo com intensa desestabilização, como no caso da Venezuela. No Chile, as acusações de corrupção demonstram semelhanças com o caso brasileiro. Nos EUA, a ala mais conservadora do Partido Republicano vem garantindo bom desempenho na corrida eleitoral. Na Europa, a reprodução

---

<sup>4</sup> O uso do termo “conservador” na caracterização de manifestações como as observadas em 15 de março e 12 de abril de 2015 não tem um sentido depreciativo. No Brasil, diferentemente do que acontece em outros países, os setores sociais e políticos críticos de mudanças que levem à diminuição de desigualdades e/ou à ruptura de relações de dominação tendem a não se apresentar publicamente como conservadores e/ou de direita. E essa é uma das mudanças significativas das mobilizações recentes, particularmente das ocorridas em 2015: uma parcela razoável de seus participantes se autocalifica de direita. Conforme dados do Datafolha, 47% dos manifestantes do dia 15 de março em São Paulo se denominam de centro-direita/direita. (SILVA, 2015, s.p.)

do discurso nacionalista anti-imigração, a expressiva votação de Marine Le Pen na França e a vitória do Partido Popular na Espanha evidenciam o avanço conservador.

Acompanhar os desdobramentos dessas manifestações, com o intuito de avaliar os níveis de capital social, pode indicar algumas transformações na cultura política dos brasileiros. É importante observar se esses eventos estão contribuindo para uma cultura política mais participativa e inclusiva de forma a impactar na qualidade da democracia..

Segundo Putnam (2001), movimentos sociais são mobilizadores de capital social, a medida que promovem novas identidades sociais a partir das redes de contato estabelecidas. O ato de protesto coletivo em si cria laços de solidariedade duradoura. Entretanto, os movimentos que ocorridos a partir de 2013, não podem ser considerados movimentos sociais organizados. Protestos e manifestações são um complemento da política institucional e revelam tensões, insatisfações, desejos coletivos e carências estruturais.

### **Análise dos dados**

Os dados serão analisados no intuito de constatar se existe uma relação de inferência entre o tipo de mobilização política observada no Brasil nos últimos anos e capital social. O que se postula neste trabalho, é que a participação política é importante na formação de capital social do eleitor brasileiro afetando o tipo de democracia. A variável independente é a participação política não convencional medida em termos de manifestações pacíficas.

As variáveis dependentes que correspondem aos indicadores de capital social são: confiança interpessoal (confiança na maioria das pessoas, nos vizinhos e na família); confiança nas instituições políticas (governo federal e partidos); associação e participação em organizações (sindicato e grupos de autoajuda) e hábito de leitura de jornais. Os dados provêm da pesquisa mundial de valores (WVS) realizada em maio de 2014<sup>5</sup>, ou seja, o momento do ápice das manifestações examinadas neste trabalho. Tais dados serão analisados de forma descritiva, com frequências e cruzamentos dos conceitos aqui analisados.

Do ponto de vista da confiança, existem duas dimensões: a confiança política e a confiança social. A confiança política pode ser medida de duas maneiras, pelo apoio difuso ou pelo apoio específico dos cidadãos. As duas dimensões são inseparáveis. “A confiança política materializa-se quando as pessoas acreditam que os gestores públicos e as instituições políticas trabalharão em benefício da coletividade e não do interesse individual” (BAQUERO, 2007). A

---

<sup>5</sup> As entrevistas foram realizadas, em grande maioria, durante o mês de dezembro de 2014.

relação de confiança que se estabelece nas relações entre os indivíduos de uma comunidade é o que caracteriza a confiança social. A confiança interpessoal contribui para aumentar a confiança social em uma sociedade.

A questão que surge, neste sentido, é se a participação das pessoas em manifestações pacíficas influencia na formação de capital social. Assim, o primeiro cruzamento tenta responder a esta pergunta analisando a magnitude da associação entre essas duas variáveis.

**Tabela 1 - Participação política e confiança interpessoal (%)<sup>6</sup>**

	Nenhuma Ve	Uma vez	Dois vezes	Três vezes	Mais de três vezes	Total
<b>Pode confiar na maioria das pessoas</b>	20	45	25	0	10	100
<b>Precisa ser muito cuidadoso com elas</b>	24,1	38,4	21,2	5,4	10,8	100

Fonte: Elaboração própria/Dados WVS - Brasil 2014

n=223; p = 0,817

O que se constata na tabela 1, é que para aqueles entrevistados que não participam de manifestações pacíficas os níveis de confiança nos outros não se altera (22% na média). Entre aqueles que participaram uma ou duas vezes a tendência é de mostrar um nível mais elevado de confiança nos outros (45% e 25% respectivamente). E, dentre aqueles que participam mais de três vezes a tendência é de que é necessário ter cuidado com as pessoas (5,4% e 10,8% respectivamente). Entretanto, cabe ressaltar que do ponto de vista do significado estatístico não há uma relação entre manifestações pacíficas e confiança interpessoal (p=0,817).

Outra dimensão possível de análise associada ao capital social diz respeito a confiança nos membros da família. “Os laços de parentesco desempenham um papel especial na solução dos dilemas da ação coletiva. Em certos aspectos, os laços de sangue são comparáveis aos vínculos horizontais do engajamento cívico, porém a família é mais universal” (Putnam, 1996, p. 184).

<sup>6</sup> No último ano, quantas vezes o(a) Sr.(a) participou de cada uma das seguintes atividades? V92. Manifestações pacíficas; V24. De modo geral, o(a) Sr.(a). diria que pode confiar na maioria das pessoas ou precisa ser muito cuidadoso com elas?

**Tabela 2 - Participação política e confiança na família (%)<sup>7</sup>**

	Nenhuma Vez	Uma vez	Duas vezes	Três vezes	Mais de três vezes	Total
<b>Confia totalmente</b>	25,5	39,2	19,6	3,3	12,4	100
<b>Em parte</b>	18,5	33,3	29,6	9,3	9,3	100
<b>Pouco</b>	8,3	58,3	25	8,3	0	100
<b>Não confia</b>	37,5	50	12,5	0	0	100

Fonte: Elaboração própria/Dados WVS - Brasil 2014

n=227; p = 0,365

Analisando os percentuais conforme a tabela 2, dentre as pessoas que não participaram de manifestações pacíficas, há uma tendência maior de desconfiança na família em relação às que participaram. Enquanto 25,5% confiam totalmente, 37,5% demonstram desconfiança na família. O que se pode inferir a partir dos números demonstrados na tabela é que a família é uma instituição que gera confiança na maioria das pessoas e que, dentre os que participaram de manifestações pacíficas, independente do número de vezes, há uma tendência maior de confiança (74,5%). Do ponto de vista do significado estatístico não há uma relação entre manifestações pacíficas e confiança na família (p=0,365).

Putnam reforça a importância da interação do indivíduo com seu próximo com o intuito satisfazer suas necessidades sociais e conseqüentemente uma melhoria substancial das condições em toda a comunidade (PUTNAM, 2001).

**Tabela 3 - Participação política e confiança nos vizinhos (%)<sup>8</sup>**

	Nenhuma Vez	Uma vez	Duas vezes	Três vezes	Mais de três vezes	Total
<b>Confia totalmente</b>	30	30	15	10	15	100
<b>Em parte</b>	23,2	43,4	21,2	5,1	7,1	100
<b>Pouco</b>	16,9	39	25,4	6,8	11,9	100
<b>Não confia</b>	28,6	34,7	22,4	0	14,3	100

Fonte: Elaboração própria/Dados WVS - Brasil 2014

n= 227; p = 0,607

<sup>7</sup> No último ano, quantas vezes o(a) Sr.(a) participou de cada uma das seguintes atividades? V92. Manifestações pacíficas; Gostaria de perguntar em que medida o(a) Sr(a) confia nos seguintes grupos. O(A) Sr(a) poderia me dizer se confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nas pessoas dos grupos abaixo: V102. Sua família.

<sup>8</sup> No último ano, quantas vezes o(a) Sr.(a) participou de cada uma das seguintes atividades? V92. Manifestações pacíficas; Gostaria de perguntar em que medida o(a) Sr(a) confia nos seguintes grupos. O(A) Sr(a) poderia me dizer se confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nas pessoas dos grupos abaixo: V103. Seus vizinhos.

Neste sentido, com a associação entre as variáveis participação em manifestações pacíficas e confiança nos vizinhos, conforme a tabela 3, pôde-se observar que dentre os que não participaram de manifestações pacíficas, considerando apenas os que confiam totalmente e os que não confiam nos vizinhos, os níveis de confiança têm uma alteração muito pequena (29,3% na média).

Considerando os entrevistados que participaram (independente do número de vezes) os níveis de confiança nos vizinhos é maior (70%) em relação aos que não participaram. Entretanto, estatisticamente, não se confirma a relação entre manifestações pacíficas e confiança nos vizinhos ( $p=0,607$ ).

**Tabela 4 - Participação política e confiança nas instituições políticas – governo (%)<sup>9</sup>**

	<b>Nenhuma Vez</b>	<b>Uma vez</b>	<b>Duas vezes</b>	<b>Três vezes</b>	<b>Mais de três vezes</b>	<b>Total</b>
<b>Confia totalmente</b>	20	40	6,7	0	33,3	100
<b>Em parte</b>	26,7	37,2	18,6	7	10,5	100
<b>Pouco</b>	23,8	44,4	22,2	4,8	4,8	100
<b>Não confia</b>	18,8	37,5	29,7	3,1	10,9	100

Fonte: Elaboração própria/Dados WVS - Brasil 2014

n=228; p = 0,158

Retomando a teoria desenvolvida por Easton (1975), o apoio específico avalia a satisfação do indivíduos em relação às atitudes do governo ou dos políticos. Em relação à confiança nas instituições, de acordo com a tabela 4, dentre os entrevistados que não compareceram à nenhuma manifestação pacífica no último ano, percebe-se pouca variação nos níveis de confiança no governo federal (22,32% na média). Da mesma forma, dentre aqueles que participaram apenas uma vez mantém-se uma pequena variação nos níveis de confiança no governo (39,77% na média).

Em função do número reduzido de pessoas que participaram duas ou três ou mais vezes, torna-se difícil fazer uma análise satisfatória. Do ponto de vista do significado estatístico não há uma relação entre manifestações pacíficas e confiança interpessoal ( $p=0,158$ )

<sup>9</sup> No último ano, quantas vezes o(a) Sr.(a) participou de cada uma das seguintes atividades? V92. Manifestações pacíficas; Vou citar o nome de algumas organizações. Para cada uma, o(a) Sr(a) poderia me dizer em que medida confia: confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nessas organizações? V115. Governo Federal.

**Tabela 5 - Participação política e confiança nas instituições políticas – partidos (%)<sup>10</sup>**

	<b>Nenhuma Vez</b>	<b>Uma vez</b>	<b>Duas vezes</b>	<b>Três vezes</b>	<b>Mais de três vezes</b>	<b>Total</b>
<b>Confia totalmente</b>	50	0	50	0	0	100
<b>Algumas vezes</b>	17	38,3	25,5	6,4	12,8	100
<b>Pouco</b>	25	42,3	21,2	1,9	9,6	100
<b>Não confia</b>	24,6	39,7	19,8	5,6	10,3	100

Fonte: Elaboração própria/Dados WVS - Brasil 2014

n=227; p = 0,935

O que se constata na tabela 5, observando os percentuais, é que para aqueles entrevistados que não participaram de manifestações pacíficas o nível de confiança nos partidos políticos é maior. Essa distorção também ocorre dentre os que participaram duas vezes. Dentre os que participaram uma, três ou mais vezes, não há confiança absoluta nos partidos políticos. Entretanto, cabe ressaltar que do ponto de vista do significado estatístico não há uma relação entre manifestações pacíficas e confiança nos partidos políticos (p=0,935)

**Tabela 6 - Participação política e participação em associações ou organizações – sindicatos (%)<sup>11</sup>**

	<b>Nenhuma Vez</b>	<b>Uma vez</b>	<b>Duas vezes</b>	<b>Três vezes</b>	<b>Mais de três vezes</b>	<b>Total</b>
<b>Não membro</b>	24,4	38,4	24,4	2,9	9,9	100
<b>Membro inativo</b>	28,6	42,9	4,8	9,5	14,3	100
<b>Membro ativo</b>	12,1	45,5	21,2	12,1	9,1	100

Fonte: Elaboração própria/Dados WVS - Brasil 2014

n=226; p = 0,148

Os dados observados na tabela 6 permitem concluir que, dentre os entrevistados que não participaram de manifestações pacíficas, 24,4% não são membros de sindicatos ou são membros inativos (28%). O percentual de membros ativos, nessa condição é de 12,1%. Dentre os que participaram uma vez, o número de membros ativos em sindicatos é ligeiramente maior

<sup>10</sup> No último ano, quantas vezes o(a) Sr.(a) participou de cada uma das seguintes atividades? V92. Manifestações pacíficas; Vou citar o nome de algumas organizações. Para cada uma, o(a) Sr(a) poderia me dizer em que medida confia: confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nessas organizações? V116. Partidos políticos.

<sup>11</sup> No último ano, quantas vezes o(a) Sr.(a) participou de cada uma das seguintes atividades? V92. Manifestações pacíficas; Agora eu vou ler uma lista de organizações/associações voluntárias. Gostaria de saber se o(a) Sr(a) pertence e participa de cada uma delas, se pertence, mas não participa ou não pertence a essas organizações/associações. V28. Sindicato.



(45,5%). O mesmo ocorre para os que participaram três vezes (12%). Do ponto de vista do significado estatístico não há uma relação entre manifestações pacíficas e participação em sindicatos. ( $p=0,148$ ).

**Tabela 7 - Participação política e participação em associações ou organizações – grupos de autoajuda (%)<sup>12</sup>**

	Nenhuma Ve	Uma vez	Duas vezes	Três vezes	Mais de três vezes	Total
<b>Não membro</b>	23,7	37,9	22,7	4,5	11,1	100%
<b>Membro inativo</b>	0	66,7	16,7	0	16,7	100%
<b>Membro ativo</b>	26,1	43,5	17,4	8,7	4,3	100%

Fonte: Elaboração própria/Dados WVS - Brasil 2014

$n=227$ ;  $p = 0,723$

Dentre aqueles que participaram uma vez, há uma maior tendência a pertencerem inativamente a grupos de autoajuda (66,7%). Já entre os que participaram duas vezes o maior percentual é o de não membros de grupos de autoajuda (22,7%). Diante do reduzido número de pessoas que participaram de manifestações três vezes, não é possível fazer qualquer conclusão adequada. Dentre os que participaram mais de três vezes o percentual de membros inativos é o maior (16,7%). Estatisticamente, entretanto, não há relação entre essas duas variáveis ( $p=0,723$ ).

**Tabela 8 - Participação política e leitura jornal (%)<sup>13</sup>**

	Nenhuma Ve	Uma vez	Duas vezes	Três vezes	Mais de três vezes	Total
<b>Diariamente</b>	22,4	42,1	23,7	1,3	10,5	100
<b>Semanalmente</b>	31,9	27,7	19,1	6,4	14,9	100
<b>Mensalmente</b>	22,7	27,3	27,3	13,6	9,1	100
<b>Menos que mensalmente</b>	23,5	41,2	20,6	5,9	8,8	100
<b>Nunca</b>	16,3	51	20,4	4,1	8,2	100

Fonte: Elaboração própria/Dados WVS - Brasil 2014

$n=228$ ;  $p = 0,55$

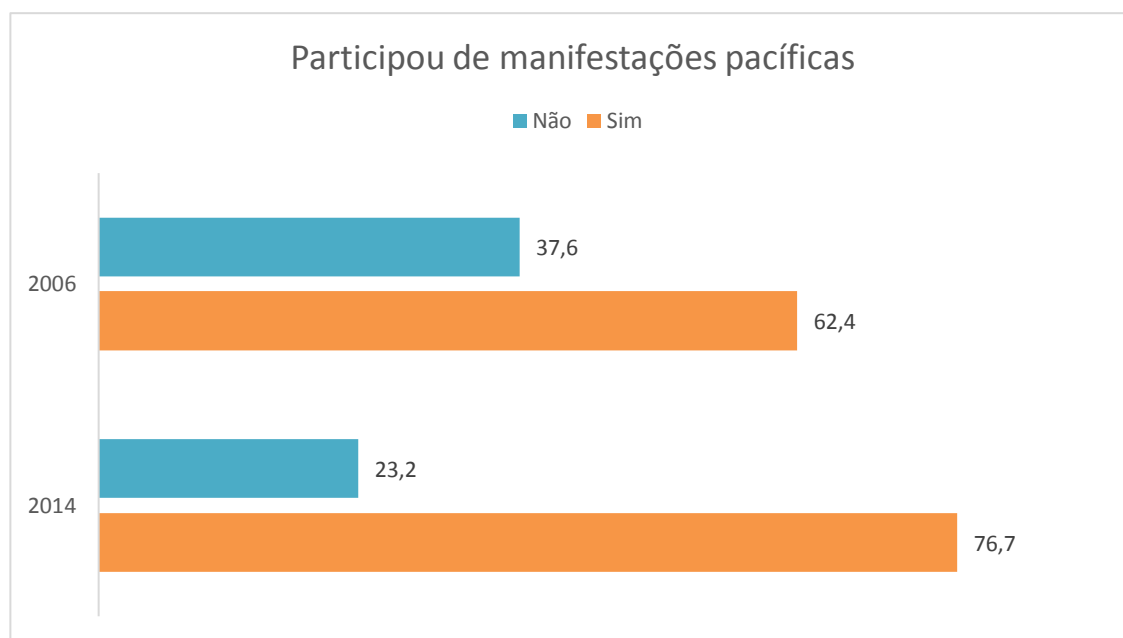
<sup>12</sup> No último ano, quantas vezes o(a) Sr.(a) participou de cada uma das seguintes atividades? V92. Manifestações pacíficas; Agora eu vou ler uma lista de organizações/associações voluntárias. Gostaria de saber se o(a) Sr(a) pertence e participa de cada uma delas, se pertence, mas não participa ou não pertence a essas organizações/associações. V34. Grupo de autoajuda.

<sup>13</sup> No último ano, quantas vezes o(a) Sr.(a) participou de cada uma das seguintes atividades? V92. Manifestações pacíficas; As pessoas usam diferentes fontes para se informar sobre o que está acontecendo no Brasil e no mundo. Para cada uma das seguintes fontes, indique se utiliza para ter informações diariamente, semanalmente, mensalmente, menos que mensalmente ou nunca. V217. Jornal diário.

O hábito da leitura de jornais, segundo Putnam, representa uma marca de engajamento cívico substancial. (PUTNAM, 2001). Desta forma, ao cruzar os dados referentes a participação política e hábitos de leitura, conforme a tabela 8, observa-se que para aqueles entrevistados que não participam de manifestações pacíficas a frequência de leitura de periódicos não se altera (25,12% na média). Da mesma forma, dentre os que participaram, independentemente do número de vezes, a frequência de leitura de periódicos também não sofre significativa alteração, ficando em média 74,87 %. Entre aqueles que não participaram de manifestações pacíficas, o percentual de leitores de periódicos é ligeiramente mais elevado do que os que nunca leem. Entretanto, dentre os que participaram uma ou mais vezes de manifestações pacíficas, ocorre uma inversão nesses percentuais, ou seja, a maioria dos que participaram de manifestações (83,7%) afirmam nunca ler periódicos. Cabe ressaltar que as diferenças são muito pequenas e que estatisticamente a relação entre manifestações pacíficas e leituras de periódicos não tem significância ( $p = 0,55$ ).

#### Gráfico 1 – Participou de manifestações pacíficas – comparação entre 2006 e 2014<sup>14</sup>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do WVS - Brasil 2006 e 2014



<sup>14</sup> Brasil 2006 (n= 271) - Nos últimos cinco anos, o(a) Sr(a) participou de alguma das seguintes atividades? V102. Participou de manifestações pacíficas.  
Brasil 2014 (n= 228) - No último ano, quantas vezes o(a) Sr.(a) participou de cada uma das seguintes atividades? V92. Manifestações pacíficas.

Com base nas comparações entre as duas ondas analisadas, conforme demonstra o gráfico 1, pôde-se concluir que em ambas o percentual de pessoas que participaram de manifestações pacíficas é maior dos que o de pessoas que não participaram. Observa-se também que a participação aumentou no ano de 2014 em relação ao ano de 2006.

Outra afirmação que se pode extrair observando os dois momentos analisados, é que a confiança nas pessoas de um modo geral diminuiu nos últimos anos. Conforme a tabela 9:

**Tabela 9 – Confiança na maioria das pessoas (%)<sup>15</sup>**

	<b>2006</b>	<b>2014</b>
<b>Pode confiar na maioria das pessoa</b>	9,2	6,6
<b>É preciso ter cuidado com a maioria das pessoas</b>	90,8	93,4
<b>TOTAL</b>	100	100

Fonte: Elaboração própria/Dados WVS - Brasil 2014

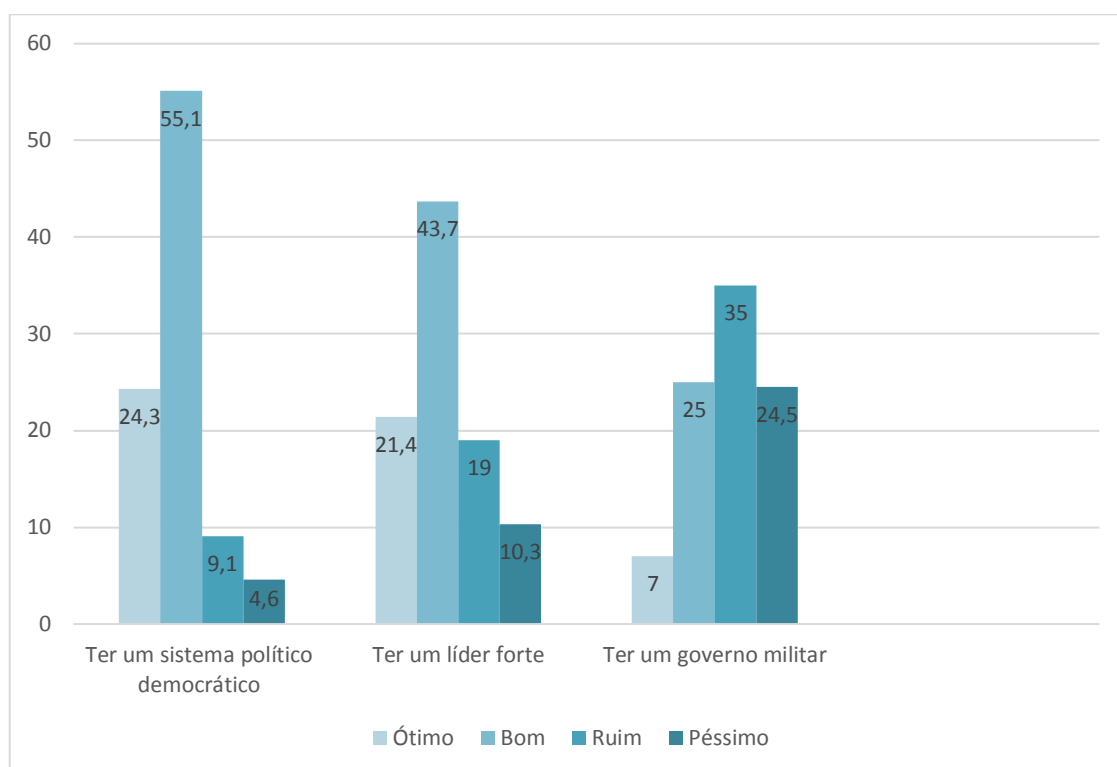
Para Baquero (2007), um dos principais indicadores da saúde democrática de uma nação se refere a como as pessoas se posicionam em relação à democracia. Desta forma, outra dimensão de análise diz respeito ao apoio abstrato dos cidadãos aos valores e princípios democráticos. Desse modo, se torna pertinente indagar qual a intensidade de apoio difuso em relação ao sistema como um todo.

---

<sup>15</sup> Brasil 2006 (n=1478) - De modo geral, o(a) Sr(a). diria que pode confiar na maioria das pessoas ou precisa ser muito cuidadoso com elas?  
Brasil 2014 (n= 1475) - De modo geral, o(a) Sr(a). diria que pode confiar na maioria das pessoas ou precisa ser muito cuidadoso com elas?

## Gráfico 2 – Apoio abstrato dos cidadãos aos valores e princípios democráticos<sup>16</sup>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do WVS - Brasil 2014



Conforme o gráfico 2, observa-se uma tendência a percepção favorável por parte dos brasileiros em relação ao sistema político democrático. Em proporção bem semelhante, entretanto, as pessoas avaliam que é importante ter um líder forte.

Quando questionadas sobre a possibilidade de um governo militar, a maioria das pessoas considera que essa não é uma boa ideia.

<sup>16</sup> Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo?

V127. Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições. (n=1399)

V129. Ter um governo militar. (n= 1359)

V130. Ter um sistema político democrático. (n= 1379)

## Conclusão

As manifestações observadas no país desde 2013, retomam claramente a necessidade de novos estudos sobre a cultura política brasileira. Diversos trabalhos foram realizados durante os protestos (CATTANI, 2014; FERES JUNIOR, MIGUEL e BARBABELA, 2014; GOHN, 2014; SINGER, 2013). Há, entretanto, limites de distanciamento analítico. Sobre esse aspecto, é importante salientar o quão difícil se faz analisar um momento tão dinâmico quanto o período atual. Até o início deste trabalho a possibilidade de um afastamento da presidenta eleita em 2014, por exemplo, era bastante remota. Entretanto, durante a elaboração deste trabalho, as tensões foram se acirrando e essa possibilidade passou a ser factível.

A polarização presente no período eleitoral se intensificou nos debates que sucederam este evento. Este trabalho compara dois momentos não muito distantes (2006 e 2014), separados, contudo, por mobilizações bastante peculiares que trouxeram grandes mudanças no cenário político brasileiro.

O estudo em questão se propôs avaliar se a mobilização política observada no Brasil a partir de 2013 constituiu capital social. Embora a correlação entre as variáveis manifestações pacíficas e confiança interpessoal tenha apresentado um resultado estatisticamente insignificante, percebe-se uma tendência à maior confiança interpessoal e política entre as pessoas que afirmaram ter participado de manifestações nos últimos anos. Ou seja, entre aqueles que participaram, independentemente do número de vezes que o fizeram, a tendência é mostrar um nível mais elevado de confiança nos outros.

Ao analisar a segunda variável associada ao capital social, observa-se que entre as pessoas que não participaram de manifestações pacíficas, há uma tendência maior de desconfiança na família em relação às que participaram. O que se pode inferir a partir do estudo é que a família é uma instituição que gera confiança na maioria das pessoas e que, dentre os que participaram de manifestações pacíficas, independente do número de vezes, há uma tendência maior de confiança. Considerando os entrevistados que participaram (independente do número de vezes), os níveis de confiança nos vizinhos é maior em relação aos que não participaram, conforme a terceira associação analisada.

“A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança”(PUTNAM, 1996, p.180).

Em relação a confiança nas instituições políticas Power e Jamison (2005) argumentam que a confiança muito baixa nos políticos da América Latina é meramente um dos aspectos de uma síndrome de baixa confiança generalizada. Essa desconfiança é atribuída ao fraco desempenho econômico, aos escândalos de corrupção e ao uso instrumental das instituições políticas pelos governantes. Em decorrência disso está a desconfiança nos políticos de modo geral (POWER; JAMISON, 2005, p. 64-93).

O hábito da leitura de jornais, segundo Putnam (1996 e 2001), seria um meio de conectar a sociedade moderna à comunidade cívica. Ao realizar o cruzamento entre as variáveis participação em manifestações pacíficas e leitura de periódicos, esperava-se encontrar uma forte correlação entre as variáveis. Entretanto, tal associação não se confirmou estatisticamente significativa.

Com base na comparação entre as duas ondas analisadas (2006 e 2014) pôde-se concluir que em ambas o percentual de pessoas que participaram de manifestações pacíficas é maior do que o de pessoas que não participaram. Observa-se também que a participação aumentou no ano de 2014 em relação ao ano de 2006, ou seja, os resultados da pesquisa apontam que houve um aumento do número de pessoas que se envolveram em manifestações nos últimos anos. Cabe ressaltar que na entrevista realizada em 2014, a pergunta sobre a participação em manifestações pacíficas referia-se apenas ao último ano, já a pergunta realizada em 2006 questionava a participação em manifestações nos últimos 5 anos. Desta forma temos um panorama ampliado para a comparação.

Outra comparação entre os dois momentos diz respeito a confiança na maioria das pessoas. Os dados verificados demonstram que houve um declínio da confiança interpessoal em 2014 em relação a 2006.

Em relação ao apoio abstrato dos cidadãos aos valores e princípios democráticos, observa-se uma tendência a percepção favorável por parte dos brasileiros em relação ao sistema político democrático. Em proporção bem semelhante, entretanto, as pessoas avaliam que é importante ter um líder forte. Já quando questionadas sobre a possibilidade de um governo militar, a maioria das pessoas considera que essa não é uma boa ideia.

Embora a comparação entre os dois momentos analisados demonstre que houve um aumento na participação não convencional – as manifestações pacíficas, a confiança nas pessoas de um modo geral passou por um por um processo inverso. Além da desconfiança interpessoal, observa-se um elevado nível de desconfiança nos partidos políticos e no governo.

A participação política deve estar pautada em direitos e deveres de igualdade política, assim como relações horizontais, baseadas na reciprocidade e cooperação. É isso só será possível com condições mínimas de igualdade social. Dentro do contexto da cultura política brasileira, os níveis de confiança dos cidadãos em relação às pessoas e à política não se traduzem em melhorias substantivas na qualidade da democracia. Isso demonstra a necessidade de um aperfeiçoamento no sentido de inserir os cidadãos no debate político de forma qualificada, e dessa forma, superar práticas populistas, fisiologismos, clientelismos, corrupção, entre outras características que contribuem para deslegitimar a democracia brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G.; VERBA, S. The Civic Culture: political attitudes and democracy in five national. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. Opin. Publica [online]. 2008, vol.14, n.2, pp.380-413. ISSN 0104-6276. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762008000200005>.

BAQUERO, Marcello. Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

BAQUERO, Marcello. Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. Opin. Publica [online]. 2008, vol.14, n.2, pp.380-413. ISSN 0104-6276. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762008000200005>. Acesso em junho 2016.

BAQUERO, Marcello. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006) Marcello Baquero Universidade Federal do Rio Grande do Sul OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 13, no 2, Novembro, 2007, p.231-259.

BAQUERO, M.; PRÁ, J. A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

BAQUERO, Marcello. Qual democracia para a América Latina?: capital social e empoderamento são a resposta? Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.

BOBBIO, N. et al. (Org.) Dicionário de política. Brasília: Editora UnB, 2007. 2v.

BOURDIEU, Pierre, "Le capital social - notes provisoires", publicado originalmente in Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, n. 31, janeiro de 1980, p. 2-3. Disponível em: <https://republicavirtual.pbworks.com/f/Cap%C3%ADtulo+III+bourdieu.doc>. Acesso em 01 dez 2015.

BOURDIEU, P. The forms of Capital. Originalmente publicado em "Ökonomisches Kapital, kulturelles Kapital, soziales Kapital" In: Soziale Ungleichheiten (Soziale Welt, Sonderheft 2). Goettingen: Otto Schartz & Co. 1983. (p. 98 -183). Traduzido para o inglês por Richard Nice.



The Forms of Capital by Pierre Bourdieu 1986. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/fr/bourdieu-forms-capital.htm>. Acesso em 01 dez 2015.

CATTANI, Antonio David (Org.). #protestos: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo, 2014.

COLEMAN, James. "Social capital in the creation of human capital." American Journal of Sociology. Supplement. p.95-120, 1988.

DAHL, Robert. Sobre a democracia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DAHL, R. Um prefácio à teoria democrática. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

DE AMORIM, Maria Salete Souza; DIAS, Rodrigo Rodrigues. Dimensões teóricas e práticas da qualidade da democracia. Revista Debates, 2012, 6.3: 79. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/32139>. Acesso em abril de 2016.

DIAMOND, Larry Jay; MORLINO, Leonardo (Ed.). Assessing the quality of democracy. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.

EASTON, David. Uma teoria de análise política. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FERES JUNIOR, João; MIGUEL, Lorena; BARBABELA, Eduardo. "A mídia impressa na cobertura das manifestações de junho". In: Anais do 38o Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: Encontro Anual da ANPOCS, 2014. p. 01-18.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de junho de 2013: no Brasil e praças dos indignados no mundo. Petrópolis: Vozes, 2014.

INGLEHART, R. WELZEL, C. Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Editora Francis, 2005.

INGLEHART, R. "Cultura e Democracia" in HARRISON, L. E. & HUNTINGTON, S. P. A Cultura Importa, São Paulo, Record, 2001.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Democracia deliberativa, pobreza e participação política. Política & Sociedade, v. 6, n. 11, p. 183-198, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/1278/1207>. Acesso em maio de 2016.

MACHADO, Rosana P. A falência do PT, a ascensão da direita e a esquerda órfã. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-falencia-do-pt-a-ascensao-da-direita-e-a-esquerda-orfa-7538.html>. Acessado em junho de 2016.

MARENCO, André. “As duas caudas de Gauss: minorias, protestos e representação política”. In: CATTANI, Antonio David (Org.). #protestos: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo, 2014. p. 31-40.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, Campinas, v.11, n.1, p.33-63, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v11n1/23694.pdf>. Acesso em maio de 2016.

MOISÉS, José Álvaro. *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp, 2010.

MORLINO, Leonardo. Teoria da democratização, qualidade da democracia e pesquisa de opinião: ainda em “mesas separadas”? In: MOISÉS, José Álvaro (Org). *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp, 2010. p. 23-44.

MOUFFE, C; LACLAU, E. *Hegemony and socialist strategy: toward a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.

NORRIS, Pippa et. al. *Critical Citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press. 1999. NORRIS, Pippa. *Democratic Deficit*. New York, Cambridge University Press. 2011.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia, desenvolvimento humano e direitos humanos. *Revista Debates*, v. 7, n. 1, p. 15, 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/36892>

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, n. 33, p. 133-158, set. 2000. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292000000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 07 jun. 2016.

POWER, Timothy; JAMISON, Giselle. Desconfiança política na América Latina. In: *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, n.1, mar/2005, pp.64-93.

PUTNAM, Robert D. *Bowling Alone: the collapse and revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2001.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*/ Robert D. Putnam, com Robert Leonardi e Raffaella Y. Annette; tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

SILVA, Marcelo Kunrath. *#Vem pra rua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?* In: CATTANI, Antonio David [org.]. *#Protestos: análises das ciências sociais*. Porto Alegre, Tomo Editorias, 9-19, 2014. Acesso em julho de 2016.

SILVA, Marcelo Kunrath. *Direita, volver?* UFRGS, maio de 2015 Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117078/000966709.pdf?sequence=1> Acesso em julho de 2016.

SINGER, André. *Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas*. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 97, Nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n97/03.pdf>. Acesso em julho de 2016.